

A ESCUTA DAS CRIANÇAS NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE JUIZ DE FORA/MG

Víviam Carvalho de Araújo¹
Adriana Marques Ferreira²
Elaine da Costa Míscoli³
Eliza Kelly Grosman Amorim⁴

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar dados acerca da escuta das crianças das escolas públicas e privadas do município de Juiz de Fora/MG no processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). A elaboração do PMPI parte da consideração das legislações e orientações legais, tendo como referência o Marco Legal da Primeira Infância, que está consolidado num texto conceitual e normativo, a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Em seu artigo 4º, a referida lei enfatiza a importância da participação das crianças na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito, com o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã. Assim, partindo do entendimento das crianças como sujeitos de direitos e produtoras de cultura, considerando suas múltiplas linguagens, elaboramos uma metodologia de escuta pautada no desenho e narrativas das crianças. A base do referencial teórico/metodológico pautou-se na perspectiva histórico-cultural de Vigotski. Durante o ano de 2023, foram produzidos aproximadamente 11000 desenhos por crianças das escolas públicas e privadas, sendo que desse total, foram categorizados aproximadamente 3500 desenhos. Desse processo, resultou uma organização do material que se estruturou a partir dos seguintes eixos: direito à educação infantil; direito à saúde; direito à assistência social; direito à diversidade; direito à proteção contra todas as formas de violência; direito a ter direitos; direito à cidade. Concluiu-se com esse trabalho que a iniciativa de ouvir as crianças legitima a sua participação política, social e cidadã.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Primeira Infância; Escuta das crianças.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, viviamec@gmail.com;

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, didisl@gmail.com ;

³Pedagoga pela Universidade Federal de São João del Rei e especialista em Psicopedagogia-, elainemiscolisedei@gmail.com ;

⁴Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, elizakellyga@gmail.com

INTRODUÇÃO



“Na minha cidade tem casas que se transformam em castelos. As pessoas são reis, rainhas e princesas. O céu está sempre com muitas borboletas de todas as cores”. (Nicoly-5 anos)

O município de Juiz de Fora/MG está em processo de elaboração do seu Plano Municipal pela Primeira Infância de Juiz de Fora (PMPI-JF), e parte da consideração que a Primeira Infância deve ter prioridade absoluta na cidade, o que aponta para a necessidade da elaboração de políticas públicas específicas para a faixa etária de 0 a 6 anos de idade. O Brasil, ao longo das últimas décadas do século passado e na primeira deste século XXI, elaborou um importante arcabouço jurídico que acarretou na elaboração de políticas sociais, em ações governamentais e na participação da sociedade brasileira, relativas à proteção, à promoção e à participação das crianças. Um conjunto articulado e coerente de documentos legais expressa o avanço conceitual, político e técnico-profissional que ocorreu no mundo e, particularmente, no Brasil, que se dedica à formulação de políticas direcionadas aos direitos da Primeira Infância, estabelecendo uma cultura de cuidado integral da criança e de quem cuida dela. Assim, nessa introdução, versaremos sobre as bases legais que amparam a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Juiz de Fora.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) é o marco de um novo olhar para a criança ao considerá-la cidadã, sujeito de direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei n 8.069 de 1990 (BRASIL, 1990), avança ao criar o Sistema de Garantia de Direitos, a instituição de conselhos paritários (governo e sociedade) para a formulação, o acompanhamento e o controle social da Política de Atenção à Criança e ao Adolescente.

No caminho da construção de um arcabouço jurídico na defesa dos direitos das crianças, uma referência fundamental foi estabelecida no Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016), que está consolidado num texto conceitual e normativo, a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. A referida Lei foi construída sobre os princípios da Constituição Federal de 1988 e da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da

criança, assegurando os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente para a faixa etária de 0 a 6 anos. Ela expressa o que há de mais avançado na gestão das políticas públicas para a Primeira Infância no que tange às concepções sobre a criança nas dimensões da individualidade e da cidadania, nas indicações das ciências sobre desenvolvimento infantil e aprendizagem nos primeiros anos de vida, na incorporação da prática profissional do atendimento a bebês e crianças pequenas e na aplicação dos compromissos internacionais e nacionais sobre os direitos das crianças.

O Marco Legal da Primeira Infância possui pontos centrais ao definir a Primeira Infância, ao reforçar a intersetorialidade, apontando para uma visão abrangente dos direitos da criança na Primeira Infância e da necessidade do atendimento na perspectiva integral e integrada.

Assim, embasados na discussão contida nos documentos normativos e orientadores, Juiz de Fora, através da coordenação de seu Comitê Intersetorial instituído⁵, vem elaborando o seu Plano Municipal pela Primeira Infância. Nesse artigo, pretendemos apresentar um recorte do trabalho que vem sendo realizado no município, a partir do processo de escuta das crianças das escolas das redes pública e privada na elaboração do Plano Municipal de Primeira Infância.

Para elaborarmos o processo de escuta das crianças, tivemos como premissa olhar para suas realidades concretas de vida, considerando que elas são os sujeitos dos direitos a quem o plano se dirige. Ao tomarmos o Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016) como base para a elaboração do plano, retomamos seus princípios no que diz respeito à consideração das crianças como ponto de partida das políticas públicas para a Primeira Infância. Este documento deu um grande passo ao estabelecer o direito de participar a toda a faixa etária da Primeira Infância, recomendando que a escuta das crianças seja feita por profissionais qualificados, por meio de estratégias que se adequem à cultura da infância e aos modos próprios de as crianças se expressarem. Assim, o Marco Legal avança ao preconizar que para promover a formação de uma cultura de proteção e de cuidado integral, as crianças devem participar da formulação e da execução das políticas destinadas ao seu atendimento.

⁵ No mês de abril de 2023, foi publicado o Decreto nº 15.846 (Prefeitura de Juiz de Fora, 2023) que dispõe sobre a criação do Comitê Intersetorial para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, de caráter permanente, com participação das instituições públicas e privadas e setores do governo municipal e da sociedade civil.

O Plano Nacional Primeira Infância (2020), reforça a necessidade de mantermos os olhos fixos nas crianças e em seus contextos familiares, comunitários e sociais, buscando capturar, nas diferentes linguagens que elas usam para se comunicar, seus desejos e suas potencialidades. Nesse sentido, buscamos olhar para além dos dados quantitativos, dimensionando o seu alcance para as crianças. Concordamos com o Plano Nacional pela Primeira Infância que essa é a forma de ver os objetivos e os resultados de uma política, uma ação que caracteriza uma atitude humana, solidária e corresponsável de adultos frente às crianças e que abre uma nova visão à ação governamental em relação à infância brasileira: não se trabalha por números, mas por pessoas.

METODOLOGIA

A iniciativa de ouvir as crianças, abrindo espaço para sua participação política e social, parte do conceito de cidadania da pessoa a partir do nascimento - as crianças são cidadãs e, portanto, membros ativos da *polis* ou da *civitas*, isto é, da cidade ou da vida coletiva. A participação infantil nessa concepção, supera ideias equivocadas de que somente o adulto tem direito à palavra e que só ele decide, enquanto a criança é submissa, não tem voz e só lhe resta ouvir e aceitar como verdade o que lhe ensinam (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2017).

Quando se considera a criança enquanto produtora de cultura, a prática pedagógica e a forma de abordá-la, nas variadas áreas que cuidam de seu desenvolvimento, precisam ser diferentes. É preciso que os adultos se indaguem sobre o que as crianças pensam, o que conhecem, como pronunciam o mundo através das diferentes linguagens (balbucios, desenhos, gestos, falas, brincadeiras), quais experiências viveram e os significados que atribuem.

Partindo do entendimento das crianças como sujeitos de direitos e produtoras de cultura, considerando suas múltiplas linguagens, muitas são as possibilidades de escuta e participação das crianças no processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, tendo a ludicidade como eixo importante nessa construção. Propostas como brincadeiras, rodas de conversas, produções individuais ou coletivas (utilizando desenhos, modelagens, pinturas, esculturas, etc), mapas vivenciais, maquetes, escalas, fotografias, registros de narrativas, entre outros, são exemplos de metodologias apropriadas para essa escuta. Em Juiz de Fora, um dos caminhos que construímos para a escuta das crianças foi a utilização do desenho e das narrativas como instrumento de interlocução.

O processo de escuta das crianças no município de Juiz de Fora aconteceu ao longo do ano de 2023, e iniciou-se com a elaboração de um instrumento metodológico produzido pela equipe do Departamento de Educação Infantil da Secretaria de Educação. Após a etapa de construção da proposta, o momento seguinte foi marcado pela necessidade de se fazer uma formação/orientação para as profissionais das escolas públicas e particulares, para que as mesmas pudessem implementar o instrumento junto às crianças de suas respectivas instituições.

Assim, nesse processo, participaram 102 escolas municipais, 69 escolas particulares, 20 escolas estaduais e o Colégio de Aplicação João XXIII. Foram produzidos aproximadamente 11.000 desenhos elaborados por crianças de 3, 4, 5 e 6 anos. Após a realização dos desenhos, foi solicitado que cada escola enviasse para a Secretaria de Educação, por amostragem, todos os desenhos e narrativas de uma turma por faixa etária. Desse total, foram categorizados pelo Departamento de Educação Infantil, aproximadamente 3500 desenhos e narrativas, que foram incluídos nas discussões de cada eixo estratégico do PMPI.

Para todos os desenhos e narrativas realizadas, foi orientado que as instituições valorizassem e os evidenciassem como produção das crianças, utilizando-os também como material de escuta de seus desejos e necessidades para elaboração de planejamentos pedagógicos, formação de professoras, revisões dos Projetos Políticos Pedagógicos, reuniões com as famílias, exposições, composição estética dos espaços das escolas, entre outros.

No documento com a orientação metodológica, foi proposto que todas as escolas com turmas de crianças de 3 anos, pré-escola (crianças de 4 e 5 anos) e 1º ano do Ensino Fundamental, realizassem a escuta através de dois temas distintos. No tema 1, propôs-se o desenho da cidade, com tudo que a criança achasse que deveria existir nela. No tema 2, propôs-se desenhar a escola, com tudo que a criança achasse que deveria existir nela. Uma variação para o tema 2, seria desenhar a escola com o que a criança mais gostasse de fazer nela.

Como um momento de preparação, antes de iniciar a proposta dos desenhos, foi orientada a realização de rodas de conversas com as crianças, discutindo questões sobre a percepção/pertencimento aos seus locais de referência (a família, a escola, o bairro, a cidade, etc.).

O uso de literatura, músicas, entre outras linguagens, também foi um incentivo para a sensibilização das crianças acerca do tema. Além disso, uma outra ação necessária

foi a de explicitar para as crianças a importância da participação delas para que pudéssemos ter uma cidade que fosse boa para todas e todos, crianças e adultos, e que a escuta delas sobre a temática, seria realizada através dos seus desenhos e narrativas. Por questões éticas, foi solicitado às crianças que autorizassem que seus desenhos e narrativas fossem compartilhados com outras pessoas.

Os materiais utilizados para que essa escuta se materializasse, foram aqueles disponíveis nas escolas, tais como: papel sulfite, lápis de cor, lápis de escrever, caneta hidrocor, giz de cera, tintas, etc. Foi elaborado também um cabeçalho orientador do tema 1 e/ou tema 2 para que as profissionais responsáveis pela escuta pudessem, em momento posterior, anexar no verso da folha do desenho da criança.

Para o preenchimento da parte da “narrativa da criança sobre o desenho”, a professora foi orientada individualmente a conversar com a criança sobre o que ela desenhou a partir do tema proposto, registrando sua narrativa no cabeçalho, anexado no verso da proposta:

| | |
|--|--|
|  | Tema do desenho proposto: Desenho da Cidade com o que a criança acha que deveria existir |
| | Nome da escola: Escola Municipal Professor Paulo Rogério dos Santos |
| | Data: 25/05/2023 |
| | Nome da criança: Enzo |
| | Idade da criança: 5 anos |
| | Grupamento/turma em que está inserida: 2º período da Educação Infantil |
| | Nome da professora responsável: |
| Narrativa da criança sobre o desenho: <i>“Na minha cidade todo mundo tem casa com janela, porta e flores. Tem rua, lugar para passear e praquinho. Não gostaria que atropelassem as pessoas”</i> | |

REFERENCIAL TEÓRICO

A opção pela utilização desse instrumento de interlocução com as crianças foi considerada a partir do entendimento do desenho como uma linguagem e uma forma de expressão das crianças. Para a construção dessa proposta, utilizamos como base o referencial da teoria histórico-cultural, que considera que o desenho da criança representa a sua necessidade de significar o mundo (VIGOTSKI, 2009). As concepções dessa teoria alicerçam a utilização do desenho como recurso metodológico para se conhecer as crianças, apontando como necessária a interação/interlocução entre o autor/criança e o leitor, para que haja uma construção de significados.

Vigotski (2009) aponta que a criança desenha de memória, tomando por base aquilo que conhece. Os significados dos desenhos das crianças constituem-se como um processo cultural, sendo, portanto, produto das suas experiências no mundo. A criança desenha objetos e situações que lhes transmitem sentido e há uma participação da memória na intenção ao desenhar. Nesse sentido, consideramos o desenho como um signo, uma forma de a criança representar o que tem significado para ela. A partir da atividade de desenho, a criança cria um modo de comunicar seus pensamentos, e, nesse processo, o elemento constitutivo está na significação e não na produção gráfica do objeto real. Portanto, o contexto da criança/autora e do adulto/intérprete vai contribuir para a apreensão dos significados dos desenhos infantis. O desenho da criança pode ser considerado um suporte para desencadear a narrativa infantil.

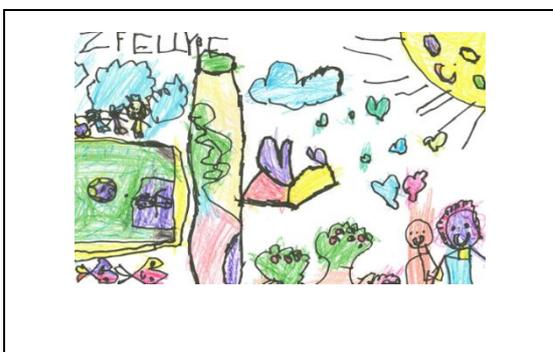
Considerando o aporte da perspectiva histórico-cultural como referência (VIGOTSKI, 2009), consideramos os desenhos das crianças produtos históricos, que são constituídos socialmente a partir das experiências concretas por elas vividas. Portanto, os desenhos não falam por si mesmos, havendo a necessidade de uma interlocução com a criança para que ela comunique o sentido do que quis expressar. O desenho, enquanto atividade socialmente constituída, é mediado pela linguagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Escutar as crianças a partir dos seus desenhos e narrativas trouxe a possibilidade de afirmar essa experiência como um processo cultural, em que as crianças se manifestaram sobre os temas em questão a partir de suas experiências concretas no mundo. Ou seja, as crianças desenharam e narraram situações que lhe transmitiam sentido. Falaram sobre as suas experiências em uma cidade viva, pulsante, com desafios a serem enfrentados, mas também com sua beleza e possibilidades de melhorias. As crianças desenharam e narraram os desejos de uma cidade limpa, tranquila, sem violência, colorida, cuidada, iluminada e com pessoas educadas.

| | | |
|---|---|--|
|  |  |  |
| <p><i>“Quero uma cidade com pessoas boas e educadas. Uma cidade limpa e bonita. Que todas as pessoas tenham suas casas e parques ou pracinha com balanço para as crianças. Escola para todos”.</i> (Enzo-6 anos) Escola Municipal - Território Centro</p> | <p><i>“Acho que deve existir na minha cidade um rio limpinho, vários prédios com piscina e uma cidade tranquila”.</i> (Sofia-6 anos) Escola Municipal - Território Norte</p> | <p><i>“Não pode ter nada descolorido. Nem jogar lixo no chão. Tudo muito colorido”.</i>(Maria Antônia-6 anos) Escola Pública Federal - Território Centro</p> |

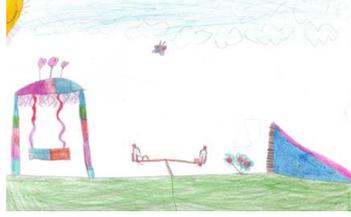
Evidenciaram significativamente em seus desenhos e narrativas, suas relações com o ambiente natural, falando sobre e representando o céu, sol, nuvens, animais diversos, árvores, jardins, grama, o rio, arco-íris, montanhas. A natureza e a necessidade de preservação ambiental foi um tema recorrente tratado pelas crianças.

| | |
|--|--|
|  |  |
| <p><i>“Na minha cidade ideal tem que ter árvores e quadra de futebol com grama”.</i> (Luiz Fellype-5 anos) Escola Municipal - Território Oeste</p> | <p><i>“Acho que deve existir na minha cidade um rio bem limpinho, com flores na margem”.</i> (Maria Isabelle-6 anos) Escola Municipal - Território Norte</p> |

As crianças trouxeram a ludicidade ao representarem reis, rainhas, príncipes, princesas, castelos, unicórnios, relacionando-os sempre com a necessidade concreta de uma cidade bonita, com paz e amor entre as pessoas. Falaram sobre o brincar e o lazer na cidade, demonstraram competência ao tratar de temas importantes como infraestrutura, cuidados com os espaços públicos, zeladoria, trabalho, escola e hospitais para todos, necessidade de moradia e cuidados com as pessoas e animais.

| | |
|--|---|
|  |  |
| <p><i>“Quero na minha cidade um hospital para cuidar dos bebês pequenos”.</i> (Gabriel-4 anos) Escola Particular - Território Centro</p> | <p><i>“Acho que deve existir na minha cidade casa para todos, flores pela estrada e um sol para iluminar nossa vida”.</i> (Dafiny-6 anos) Escola Municipal - Território Norte</p> |

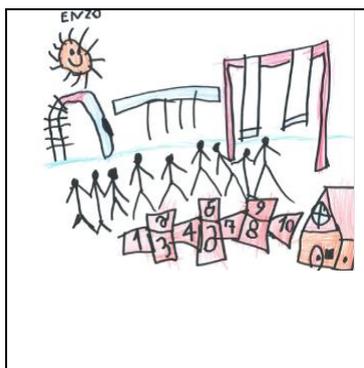
A questão urbana esteve presente em vários registros ao narrarem sobre a necessidade de um trânsito sem atropelamentos, ruas limpas e largas, ônibus para deslocamentos, rua para brincar, lugares para passear com as famílias e amigos, de praças (bem cuidadas e com brinquedos) perto de casa. As crianças falaram também sobre os desejos de uma cidade com campos de futebol, quadras, museus, pista de bicicleta e de skate, hospital, postos de saúde, parque de diversão, bondinho, trem, chafariz, entre outros.

| | | |
|--|---|---|
|  |  |  |
| <p><i>“Gostaria de uma praça com brinquedos, onde as crianças pudessem ir com segurança, crianças que moram na rua e crianças que moram em casas. Uma praça segura, bem verde e fechada”.</i> (Sarah - 6 anos) Escola Municipal - Território Oeste</p> | <p><i>Gostaria que tivesse um enorme museu para as pessoas visitarem e perto dele um parque bem grande para podermos brincar”.</i> (Cecília-5 anos) Escola Municipal - Território Sul</p> | <p><i>Gostaria que na cidade tivesse um ônibus infinito e assim daria para todas as pessoas sentarem à vontade e não terem que ficar em pé.”</i> (Letícia - 6 anos) Escola Municipal - Território Sul</p> |

Sobre a escola, os desejos das crianças são de um espaço vivo, amplo, colorido, com muito verde e água, com bichinhos, parquinhos, brinquedos, livros, quadras, campos de futebol, natureza, festividades e uma alimentação diversificada.

| | | |
|--|---|---|
|  |  |  |
| <p><i>“Gostaria que na escola tivesse flores, árvores, sol e nuvens. Gostaria que tivesse areia para brincar”</i> (Louise-4 anos) Escola Municipal - Território Nordeste</p> | <p><i>“Um parque bem grande para pular corda, escorregar, balançar, andar de cavquinho e brincar de perna de pau”.</i> (Alice-5 anos) Escola Municipal- Território Centro</p> | <p><i>“Quero uma escola com muita festa!”</i> (Manuela-6 anos) Escola Municipal- Território Sul</p> |

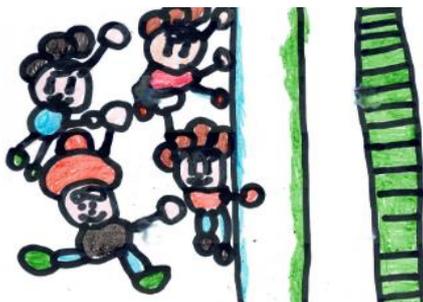
Não poderíamos deixar de registrar o forte desejo das crianças pelos parques e áreas externas, com expressiva representação nos desenhos das escolas de todos os territórios da nossa cidade.

| | | |
|--|--|---|
|  |  |  |
| <p><i>“Queria um parquinho com escorregador, balanço, gangorra e uma amarelinha bem legal”.</i> (Enzo-5 anos) Escola Municipal- Território Leste</p> | <p><i>“Amo tudo na escola. O parquinho poderia ter mais brinquedos para a brincadeira ser mais divertida ainda”.</i> (Laura-5 anos) Escola Municipal- Território Sul</p> | <p><i>“Eu gosto do parquinho pois me sinto livre”.</i> (Yasmim- 6 anos) Escola Municipal- Território Nordeste</p> |

Representaram também a necessidade do respeito e presença das múltiplas linguagens nas práticas pedagógicas: brincadeira, movimento, artes, música, cinema, plantio de hortas, literatura, biblioteca.

| | | |
|---|--|---|
|  |  |  |
| <p><i>“Queria que tivesse uma biblioteca grandona com muitos livros de histórias”.</i> (Maria Vitória-5 anos) Escola Municipal- Território Centro</p> | <p><i>“Gostaria de aula de música na escola”.</i> (Maria Kethely-5 anos) Escola Municipal- Território Nordeste</p> | <p><i>“Um sol, um arco-íris, uma escola, grama, flor e árvore.</i> <i>Eu gostaria que tivesse um cinema na minha escola”.</i> (Mayume-6 anos) Escola Municipal - Território Sul</p> |

Seus desenhos e narrativas representaram a interação das crianças com outras crianças e com adultos e os desejos da presença da família na escola.

| | |
|--|---|
|  |  |
| <p><i>“Minha família brincando no escorregador da escola”.</i> (Josué- 4 anos) Escola Municipal - Território Sudeste</p> | <p><i>“Queria minha mãe e meu pai numa festa na escola”.</i> (Isabella-6 anos) Escola Municipal- Território Sul</p> |

A escuta das crianças permitiu reforçar a ideia de que elas são extremamente observadoras das situações sociais do seu entorno, sendo muito competentes em dizer o que desejam, o que gostam e o que não gostam a respeito do que lhe foi proposto. Ouvir o que as crianças pensam sobre suas vivências na cidade e nas instituições em que frequentam, é uma forma de respeitá-las e considerá-las sujeitos de direitos. Desprezar o seu ponto de vista é negar a infância. Ao contrário, ao considerarmos suas perspectivas, estaremos afirmando a criança enquanto sujeito de sua própria história. As crianças ouvidas nesta proposta nos indicaram o quanto são capazes de colaborar para a construção

de um conhecimento que poderá levar à reflexão e proposição de políticas públicas para a cidade. O conhecimento construído a partir da escuta das crianças, constituiu-se um ponto de partida que possibilitou elaborar os objetivos, metas, ações e indicadores do PMPI em seus diversos eixos estratégicos: *Direito à Educação Infantil; Direito à Saúde; Direito à Assistência Social; Direito à Diversidade; Direito à Proteção contra todas as formas de violência; Direito a ter direitos; Direito à cidade.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como olhamos para as infâncias, como as escutamos, expressa o valor, o respeito, a solidariedade e o compromisso que temos pelas crianças. Assim, nossa opção foi pelo acolhimento e escuta qualificada das crianças, entendendo-as como sujeitos capazes e participantes. Ao incluir as crianças no planejamento social, legitimamos seu direito de participar daquilo que lhes diz respeito. Essa ideia de participação parte de uma concepção de infância que transita de um “tempo de espera” e caminha no sentido de um “ciclo de vida”.

Um documento produzido pela Rede Nacional Primeira Infância (2017) reafirma que a participação das crianças dá bons resultados quando os adultos descobrem o que o olhar da criança capta, percebem que ele não só enriquece o seu modo adulto de ver, como descobrem que as ideias que as crianças têm para melhorar as coisas ao seu redor são inovadoras. Quando acolhem as contribuições das crianças, as políticas públicas, os serviços prestados e as ações propostas passam a ser mais ajustadas a elas e as ajudam a se desenvolver. O referido documento afirma que quando as crianças percebem que são ouvidas, elas se engajam ainda mais na discussão sobre as melhorias no lugar onde vivem, sendo esse um importante processo de formação da cidadania. Essa concepção tem como princípio que a criança não tem de esperar para participar das mudanças indispensáveis. Isso acontece agora, no tempo presente. Assim, consideramos, com esse trabalho, que a iniciativa de ouvir as crianças legitima a sua participação política, social e cidadã.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às crianças da nossa cidade por nos possibilitarem realizar uma escuta tão potente e sensível acerca de suas percepções e necessidades. Ao Departamento de Educação Infantil da Secretaria de Educação e às profissionais das escolas por tornarem possível a implementação dessa metodologia. Ao Comitê Intersetorial pela Primeira Infância de Juiz de Fora, pela trajetória na busca da implementação de políticas públicas que pautem a defesa dos direitos da Primeira Infância em nossa cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei no 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563.

BRASIL, 2016. **Marco Legal da Primeira Infância**. Lei 13.257/2016 de 8 de março de 2016. Link de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm

PLANO NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA: 2010 - 2022 | 2020 - 2030 / Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); ANDI Comunicação e Direitos. - 2ª ed. (revista e atualizada). - Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020. Link de acesso: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (BRASIL) Guia para elaboração do Plano Municipal Pela Primeira Infância / Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); ANDI Comunicação e Direitos. - 4ª ed. - Brasília, DF: RNPI/ ANDI, 2017. Link de acesso: https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Guia-PMPI_2020_digital1.pdf

VIGOTSKI, L.S. **Imaginação e Criação na Infância**. São Paulo: Ática, 2009.